



MENSAGEM Nº 38/2020

**Senhor Presidente,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,**

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº 38, de 4 de dezembro de 2020, que **"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E A COMPENSAR TRIBUTOS COMO INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Apraz-nos cumprimentá-los cordialmente, oportunidade em que encaminhamos para análise, apreciação e votação o Projeto de Lei e epígrafe, o qual tem como por objetivo adquirir, através de desapropriação amigável, de imóvel para atender as necessidades de expansão urbana, conforme documentos anexos.

CONSIDERANDO o objetivo prioritário do Município de gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade, na forma do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que compete ao Município promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de avenida para melhoria do acesso local,

CONSIDERANDO que a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos, a execução de planos de urbanização, o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética e a construção ou ampliação de distritos industriais constituem medidas de utilidade pública

nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, atraindo a hipótese de desapropriação

A proposta normativa, portanto, encontra-se fundamentada nessa norma legal, que exige autorização legislativa prévia para efeito de o Município desapropriar bem do domínio do município. Obtida a aquiescência legal, serão adotadas as providências administrativas necessárias para a utilização do bem.

Por fim, requeiro urgência na tramitação do projeto de lei em evidência, de modo a possibilitar a realização das obras de implantação e pavimentação da referida via o mais rápido possível.

São estas, Senhor Presidente, as razões que justificam a elaboração do anexo projeto de lei que submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Iturama, 04 de dezembro de 2020.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

04/12/2020 12:58 000772

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA MG

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E A COMPENSAR TRIBUTOS COMO INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, combinado com o artigo 111, ambos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a decretar a desapropriação por utilidade pública da área necessária à adequada abertura do prolongamento da Avenida João Secundino de Queiroz, consistente na área localizada na área de expansão urbana nesta cidade de Iturama/MG, no total de 7.531,10 m², constante de um todo maior registrada sob a matrícula nº 48.255, mediante o pagamento de justa indenização ao particular, nos termos do artigo 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365/1941, no valor de R\$321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais) para fins de utilidade pública.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a compensar os débitos fiscais e tributários em nome de Jairo Gouveia Teixeira-ME – CNPJ nº 21.212.339/0001-21, como indenização pela desapropriação da área a que alude o artigo anterior.

§1º. A compensação prevista no caput deste artigo depende da constituição do crédito líquido e certo relativo à indenização devida pela desapropriação, cujo valor total será apurado pela via própria no Âmbito da Administração Tributária Municipal, sem qualquer abatimento de juros ou multas.

§2º. A apuração do quantum total devido a título de débitos tributários, incluídos os encargos, será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças que dará

ciência ao expropriado para se manifestar sobre o interesse em efetuar a compensação, que deverá ser formalizada posteriormente por meio de termo de transação administrativa.

§ 3º. A compensação de que trata o caput deste artigo limita-se ao valor das parcelas vencidas e as inscritas ou não em dívida ativa até a data de publicação desta lei, relativas a quaisquer bens imóveis de propriedade da pessoa jurídica mencionada no Art. 2º desta Lei, sem prejuízo da cobrança judicial ou administrativa de eventual montante residual do débito fiscal, se for o caso.

§4º. Eventual saldo positivo remanescente em favor do particular relativo à diferença entre o montante a ser indenizado em razão da desapropriação e o valor total devido a título de débitos tributários será pago expropriado na forma e condições dispostas em lei.

Art. 3º. Os recursos para execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iturama, 04 de dezembro de 2020.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

A Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para oferecer parecer.

Sala das Sessões em 04/12/2020

Presidente da Câmara

Aprovado em três discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões em 04/12/2020
O Presidente

A Sanção

Sala das Sessões em 04/12/2020

O Presidente

ORDEM DOS DIAS DAS REUNIÕES

VISTO DO PRESIDENTE

2020 R_ord EM 04/12/2020

EM

Prefeitura Municipal de Iturama